

Associação
Paranaense de
Apoio a Criança
com Neoplasia -
APACN

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN
Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos ajustes que poderiam ser necessários, caso tivéssemos concluído sobre o assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2016 a Entidade possui registrado em seu balanço patrimonial, o valor residual de ativos imobilizados no montante de R\$ 1.471 mil (R\$ 2.125 mil em 2015), para o qual não nos foi apresentado controle individual físico e financeiro de tais bens. Adicionalmente não nos foram apresentadas análises sobre a adequação das vidas úteis dos bens que compõem estes ativos imobilizados, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. Conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência, precisão, valorização e apresentação do saldo contábil referente a estes ativos registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, bem como sobre o valor contábil da despesa de depreciação no valor de R\$ 218 mil (R\$ 221 mil em 2015) e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido				
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante			Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	97	126	Fornecedores		21	6
Recursos restritos vinculados a projetos	6	954	238	Obrigações sociais e trabalhistas		52	13
Adiantamentos a funcionários e fornecedores		10	18	Provisão para férias e encargos		79	50
Ativo não circulante mantido para venda	9	69	-	Recursos de convênios diferidos	8	149	238
Outros direitos realizáveis		12	28	Outras obrigações	9	973	80
Total do ativo circulante		<u>1.142</u>	<u>410</u>	Total do passivo circulante		<u>1.274</u>	<u>387</u>
Não circulante			Patrimônio líquido				
Imobilizado	7	2.708	2.826	Patrimônio social	10	2.849	2.825
Total do ativo não circulante		<u>2.708</u>	<u>2.826</u>	(Déficit) superávit acumulado		<u>(273)</u>	<u>24</u>
Total do ativo		<u><u>3.850</u></u>	<u><u>3.236</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>2.576</u>	<u>2.849</u>
				Totais do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>3.850</u></u>	<u><u>3.236</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas operacionais			
Com restrição			
Receitas com convênios		344	461
Sem restrição			
Doações e contribuições estáveis		224	237
Receitas e contribuições eventuais		163	294
Receitas de vendas diversas		661	574
Receitas com promoções e eventos		69	163
		<u>1.461</u>	<u>1.729</u>
Total receita das atividades		1.461	1.729
Trabalhos voluntários	13	<u>5.786</u>	<u>5.028</u>
Total das receitas operacionais		<u><u>7.247</u></u>	<u><u>6.757</u></u>
Despesas operacionais			
Despesas com arrecadações		(50)	(70)
Despesas gerais e administrativas		(850)	(815)
Despesas com pacientes		(20)	(18)
Despesas com pessoal		(909)	(872)
Outros ganhos líquidos		25	93
Trabalhos Voluntários	13	<u>(5.786)</u>	<u>(5.028)</u>
Total das despesas operacionais	11	<u><u>(7.590)</u></u>	<u><u>(6.710)</u></u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(343)</u>	<u>47</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>70</u>	<u>(23)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u><u>(273)</u></u>	<u><u>24</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
(Déficit) superávit do exercício	(273)	24
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(273)</u></u>	<u><u>24</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8	2.495	330	2.825
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior		330	(330)	-
Superávit do exercício		-	24	24
		<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		2.825	24	2.849
Incorporação do superávit do exercício anterior		24	(24)	-
Déficit do exercício		-	(273)	(273)
		<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>2.849</u>	<u>(273)</u>	<u>2.576</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Paranaense de Apoio a Criança com Neoplasia - APACN

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) supeávit do exercício	(273)	24
Ajustes por:		
Depreciação	218	221
(Déficit) supeávit ajustado	(55)	245
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(716)	30
Outros direitos realizáveis	16	(19)
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	8	(8)
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	16	(4)
Obrigações sociais e trabalhistas	39	2
Provisões para férias e encargos	29	(22)
Obrigações fiscais e tributárias	-	(1)
Outras obrigações	892	81
Receitas de convênios diferidas	(89)	(30)
Fluxo de caixa decorrente nas atividades operacionais	140	274
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(169)	(174)
Fluxo de caixa utilizado das atividades de investimento	(169)	(174)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	(29)	100
No início do período	126	26
No fim do período	97	126
(Redução) aumento em caixa e equivalente de caixa	(29)	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia - APACN (“APACN” ou “Entidade”) foi fundada em 1983 sob a forma de sociedade civil e possui sede na rua Oscar Schrappe Senior, 250, Capão da Imbuia, Curitiba - Paraná.

A APACN é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, pelo Decreto nº 96.459/88, e de Utilidade Pública Municipal e Estadual, respectivamente, pelas Leis nos 6.702/85 e 8.414/86 de duração indeterminada, e tem por finalidade: (a) prestação de serviços médicos, odontológicos e psicossociais e outros afins, gratuitos, às crianças carentes com doenças hematológicas e oncológicas; (b) o provimento de alimentação, alojamento e outros afins, às citadas crianças, extensivo aos seus acompanhantes sempre que necessário; (c) pesquisa clínica e laboratorial no campo da hematologia e oncologia; e (d) a colaboração no aperfeiçoamento e formação de profissionais da área de saúde e afins. É vedado à Entidade participar de qualquer atividade ou manifestação de caráter político, partidário, racial e religioso.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

Após a sua emissão, somente a Diretoria têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos na nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 7** - Vida útil do ativo imobilizado.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram observadas pelo regime de competência, conforme regulamentado pela legislação vigente, sendo que os direitos e obrigações da Entidade encontram-se apresentados em conformidade com os seus efetivos valores reais. Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros ativos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

As receitas financeiras e os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas de contribuições são reconhecidas quando realizadas financeiramente, exceto para receitas com convênios para custeio, que são registradas quando do efetivo dispêndio dos recursos recebidos de terceiros (receitas com restrição). As receitas são oriundas substancialmente de doações de terceiros, compreendendo:

Receitas sem restrição

- **Receitas de contribuições estáveis:** referem-se a doações recebidas por meio de carnês e débito em conta corrente de pessoas físicas e jurídicas;
- **Receitas de contribuições eventuais:** referem-se basicamente a doações recebidas por meio de depósito em conta corrente da Entidade e de recursos financeiros oriundos de doações dirigidas do Fundo de Assistência à Criança, sem o caráter de habitualidade;
- **Receitas de vendas diversas:** referem-se à venda de produtos recebidos em doação;
- **Receitas com promoções e eventos:** referem-se a eventos promovidos pela própria Entidade ou por terceiros, com o objetivo de arrecadação de recursos financeiros;

Receitas com restrição

- **Receitas de convênios para custeio:** referem-se à efetiva utilização dos recursos recebidos de outras Entidades Beneficentes de Assistência Social e de órgãos gestores Municipais e Estaduais no cumprimento de convênios.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	10 anos
Veículos	5 anos
Edificações e instalações	25 anos

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer indicação que justificasse a necessidade de provisão.

f. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos, ou grupo de ativos são classificados como ativo não circulante destinados a venda, quando existe a expectativa de terem seus valores recuperados através de transação de venda ao invés do uso contínuo. Os ativos, ou o grupo de ativos classificados como destinados a venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, decrescido dos custos para vender.

Quando classificados como destinados a venda, os ativos não são mais depreciados.

g. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Foi constituído provisão para cobertura das obrigações previstas relativas a férias vencidas e proporcionais, com os respectivos encargos apropriados até a data do balanço.

h. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos e receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

j. Isenções tributárias

A Entidade, por ser constituída e desenvolver suas atividades como organização sem fins lucrativos, para cumprimento das finalidades para as quais foi instituída conforme seu Estatuto Social, possui isenção do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e do recolhimento da Contribuição Social Sobre o Lucro conforme artigo nº 174 do Decreto nº 3000/99 e artigo nº 15 da Lei nº 9.532/97.

4 Trabalhos Voluntários e Gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	7	6
Banco conta movimento	<u>90</u>	<u>120</u>
	<u>97</u>	<u>126</u>

6 Recursos restritos vinculados a projetos

	31/12/2016	31/12/2015
Banco conta movimento	9	7
Aplicações financeiras	<u>945</u>	<u>231</u>
	<u>954</u>	<u>238</u>

Os recursos restritos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB's remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário.

7 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2016	31/12/2015
Edificações	4%	2.845	(1.194)	1.651	1.752
Veículos	20%	394	(151)	243	173
Máquinas e Equipamentos	10%	289	(157)	132	144
Móveis e Utensílios	10%	232	(186)	46	42
Equipamentos de Informática	10%	107	(94)	13	15
Instalações	4%	210	(46)	164	172
Terrenos	-	528	-	528	528
		<u>4.605</u>	<u>(1.828)</u>	<u>2.777</u>	<u>2.826</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	Aquisições	Transferência (nota explicativa 9)	Depreciação	31/12/2016
Edificações	1.752	-	(69)	(101)	1.582
Veículos	173	140	-	(70)	243
Máquinas e Equipamentos	144	8	-	(20)	132
Móveis e Utensílios	42	12	-	(8)	46
Equipamentos de Informática	15	-	-	(2)	13
Instalações	172	9	-	(17)	164
Terrenos	528	-	-	-	528
	<u>2.826</u>	<u>169</u>	<u>(69)</u>	<u>(218)</u>	<u>2.708</u>

8 Recursos de convênio diferidos

Os recursos financeiros recebidos e ainda não utilizados nos objetos dos convênios são contabilizados no passivo circulante como "Recursos de convênio diferidos". Em 31 de dezembro de 2016 o saldo desta rubrica é de R\$ 149 (R\$ 238 em 2015) e referem-se a montantes recebidos, mas ainda não utilizados, ou que ainda a Administração da Entidade está em processo de coleta e organização da documentação para apresentação, de acordo com o estabelecido nos convênios firmados.

	31/12/2016	31/12/2015
Instituto Ronald McDonald	121	146
Convênio criança bem nutrida	23	75
Profissional solidário	-	7
Outros	<u>5</u>	<u>10</u>
	<u>149</u>	<u>238</u>

A seguir apresentamos a natureza dos projetos vinculados:

a. Instituto Ronald McDonald

Refere-se a campanha McDia Feliz realizada pelo Instituto Ronald McDonald cujos recursos arrecadados são destinados ao combate ao câncer infantil e juvenil. Os repasses de recursos do Instituto a APACN são destinados a projetos específicos e pré aprovados.

b. Criança bem nutrida

Projeto Criança Bem Nutrida foi criado para auxiliar na compra de carne para as refeições das crianças e adolescentes da APACN - Convenio FIA.

c. Profissional solidário

Projeto Profissional Solidário é destinado suprir os valores referente a Folha de Pagamento dos Profissionais que são essenciais no tratamento das Crianças e Adolescentes da APACN, como Assistentes Sociais, Psicólogas, Cozinheiras, Motoristas entre outros - Convenio FIA

9 Ativo não circulante mantido para venda e outras obrigações

O ativo não circulante mantido para venda no valor de R\$ 69 se refere ao imóvel situado na Rua Padre Camargo - ambulatório antigo, o qual foi reclassificado do ativo imobilizado para o ativo circulante durante o ano para ser vendido.

Durante o ano a transação de venda do ativo foi realizada, e adiantamentos já foram recebidos como sinal de negócio na transação de venda. Até 31 de dezembro de 2016 não houve a transferências dos riscos e benefícios deste ativo, portanto, não foi contabilizada a venda do imóvel.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

É vedada à Entidade a distribuição de superávits, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. As rendas da Entidade são empregadas integralmente no país na consecução dos seus objetivos sociais. Ocorrendo dissolução ou extinção da Entidade, o patrimônio remanescente será destinado à outra entidade congênere, de fins não econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública, a critério da assembleia geral.

11 Despesas operacionais

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhos voluntários	(5.785)	(5.028)
Despesas com pessoal	(908)	(872)
Depreciação e amortização	(217)	(221)
Manutenção e instalação	(144)	(76)
Energia elétrica	(87)	(86)
Copa e Cozinha	(73)	(69)
Água, gás e telefone	(66)	(72)
Honorários profissionais	(59)	(74)
Outras	(251)	(212)
	<u>(7.590)</u>	<u>(6.710)</u>

12 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Para isso consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, incidentes sobre a receita (COFINS 7,60%); incidentes sobre a folha de pagamento (INSS 27,8%); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

13 Trabalhos voluntários

Em atendimento à ITG 2002 (R1) e NBC TG 1000, são demonstrados a seguir os valores referentes a salários e encargos, relativos aos trabalhos realizados anualmente pelos voluntariados, como se devidos fossem, a saber:

Dados	2016	2015
Nº de Voluntários	222	214
Salario anual base	3.602	3.129
FGTS 8%	288	250
Contribuições Previdenciarias	965	839
Pis 1%	36	31
Provisão férias	400	348
Encargos férias	111	97
Provisão 13º salario	300	261
Encargos 13º salario	84	73
Total	5.786	5.028

14 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, compreende o período de 17 de abril de 2010 a 16 de abril de 2015. O pedido de renovação do referido certificado foi solicitado, conforme processo 71000.1257312014-19 e está sob análise do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA. A certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação.